



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2021.0000502241

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2139453-44.2021.8.26.0000, da Comarca de Ubatuba, em que é impetrante SILVANIO HORTENCIO PIRANI e Paciente AMANDA ESTEVES DA SILVA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Concederam a ordem nos termos supramencionados. Oficie-se para os devidos fins.V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores OTAVIO ROCHA (Presidente) E FREITAS FILHO.

São Paulo, 29 de junho de 2021.

ALBERTO ANDERSON FILHO
Relator(a)
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

7ª CÂMARA DE DIREITO CRIMINAL
HABEAS CORPUS CRIMINAL N.º 2139453-44.2021.8.26.0000
IMPETRANTE: SILVÂNIO HORTÊNCIO PIRANI
PACIENTE: AMANDA ESTEVES DA SILVA
VOTO N.º 21003

HABEAS CORPUS – *Tráfico de drogas –*
Genitora de filhos menores – Pedido de prisão
domiciliar – Acatamento - Ordem concedida.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado por Silvânio Hortêncio Pirani, em favor de **AMANDA ESTEVES DA SILVA**, contra ato do Juízo do Plantão Judiciário da comarca de Caraguatatuba.

Inicial às fls. 01/22. Narra-se que a paciente foi presa em flagrante delito aos 2 de junho de 2021 por suposta infração ao art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, e ao art. 32 da Lei n.º 9.605/1998, prisão que foi convertida em preventiva por ocasião da audiência de custódia. Narra-se, mais, que, pedido de liberdade provisória ou substituição por prisão domiciliar foi indeferido pela autoridade apontada como coatora.

Sustenta o impetrante que a fundamentação esposada para a decretação da prisão preventiva é inidônea, porquanto embasada na gravidade abstrata do delito e em hipotético *periculum libertatis*. Sustenta, mais, que é mãe de duas crianças, com doze e seis anos, sendo indispensável aos cuidados, eis que o pai delas também foi preso pelos mesmos fatos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pede, pois, a concessão de decisão liminar para que à paciente seja garantida liberdade provisória, ou, subsidiariamente, substituída a prisão preventiva por prisão domiciliar.

A liminar foi indeferida (fls. 68/70) e a Douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pela denegação da ordem (fls. 74/78).

É o relatório.

Excepcionalmente, a ordem deve ser concedida.

A Paciente é primária (fls. 65/66), não tem maus antecedentes, não cometeu delito envolvendo violência ou grave ameaça contra pessoa e possui dois filhos ainda crianças, sendo uns deles com apenas 6 anos de idade, devendo ser levado em consideração que ela é, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, muito importante para os cuidados dos filhos.

A decisão que abrange a reavaliação da situação de presas provisórias que possuem filhos menores possui sempre o objetivo de melhor atender aos interesses das crianças, e não das genitoras.

Embora o tráfico fosse realizado dentro da residência, aos olhos das crianças, restou comprovado pelas certidões de nascimento acostadas às fls. 65 e 66 que a Paciente é genitora de duas crianças com 12 anos e 06 anos de idade e que o pai da criança de 06 anos é o corréu que também está preso, devendo ser considerado, portanto, que a pessoa da Paciente é imprescindível para os cuidados dos filhos, motivo outro para a concessão da prisão domiciliar, em consonância com o entendimento jurisprudencial consolidado no HC nº 165.704 da 2ª Turma do STF.

Além disso, durante a pandemia as visitas ao sistema prisional estão suspensas e sabe-se lá quando tudo voltará à



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

normalidade, acarretando um distanciamento de mãe e filhos que, no futuro, poderá trazer sérias consequências.

Desta forma, concedo **prisão domiciliar** à Paciente, lembrando sempre que prisão domiciliar **é prisão com restrição da liberdade**, não liberdade provisória, devendo, portanto, a Paciente sempre permanecer no domicílio e não ficar vagando pelas ruas como se solta estivesse somente podendo dele sair em caso de extrema urgência que deverá ser devidamente comprovada. Deverá, também, a paciente participar de todos os atos processuais que exijam sua participação, ainda que virtuais.

Sendo assim, **concede-se a ordem** nos termos supramencionados. Oficie-se para os devidos fins.

ALBERTO ANDERSON FILHO
RELATOR